

SUMÁRIO

▪ CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988.....	24
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	26
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	104
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988	128

▪ CÓDIGO PENAL

LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941.....	160
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL.....	162
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	164
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL	232

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941.....	258
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	259
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	261
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	340

▪ CÓDIGO ELEITORAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL.....	374
CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	375
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL	413

▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	418
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	419
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	434

▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	440
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	441
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.....	493

▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.....	502
ESTATUTO DO ESTRANGEIRO – LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980 (REVOGADA PELA LEI Nº 13.445, DE 24-5-2017)	506
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	507

ESTATUTO DA ADVOCACIA – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	545
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	560
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	570
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	577
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	583
▪ CÓDIGO PENAL MILITAR (EXCERTOS)	
CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	598
▪ CÓDIGO CIVIL (EXCERTOS)	
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	602
▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (EXCERTOS)	
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	624
▪ DECRETOS-LEIS	
DECRETO-LEI Nº 3.240, DE 8 DE MAIO DE 1941	666
<i>Sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	666
<i>Lei das contravenções penais</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	672
<i>Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.</i>	
DECRETO-LEI Nº 6.259, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1944 (EXCERTOS)	675
<i>Dispõe sobre o serviço de loterias, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.215, DE 30 DE ABRIL DE 1946	677
<i>Proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	677
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967	680
<i>Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.593, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1977 (EXCERTOS)	684
<i>Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, em relação aos casos que especifica, e dá outras providências.</i>	
▪ DECRETOS	
DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965	688
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.</i>	
DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967 (EXCERTOS)	693
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>	
DECRETO Nº 154, DE 26 DE JUNHO DE 1991 (EXCERTOS)	695
<i>Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.</i>	
DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992 (EXCERTOS)	701
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.</i>	
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992	705
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
DECRETO Nº 1.093, DE 23 DE MARÇO DE 1994	716
<i>Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), e dá outras providências.</i>	

DECRETO Nº 3.167, DE 14 DE SETEMBRO DE 1999.....	717
<i>Promulga a Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive Agentes Diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, com a reserva prevista no parágrafo 2º do art. 13 da Convenção.</i>	
DECRETO Nº 4.410, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002	719
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1º, inciso “c”.</i>	
DECRETO Nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004.....	724
<i>Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.</i>	
DECRETO Nº 5.289, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004	728
<i>Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006.....	729
<i>Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.919, DE 3 DE OUTUBRO DE 2006	731
<i>Promulga a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993, com reserva à primeira parte do parágrafo 2º do Artigo VII, relativa à redução dos períodos de prisão ou de cumprimento alternativo da pena.</i>	
DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011	733
<i>Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 8.614, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015	734
<i>Regulamenta a Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	736
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 (EXCERTOS)	736
<i>Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.</i>	
DECRETO Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018	745
<i>Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.</i>	
DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	749
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.</i>	
DECRETO Nº 9.875, DE 27 DE JUNHO DE 2019	752
<i>Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual.</i>	
DECRETO Nº 10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.....	754
<i>Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.</i>	
DECRETO Nº 10.153, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019	768
<i>Dispõe sobre as salvaguardas de proteção à identidade dos denunciantes de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta e altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018.</i>	
DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.....	770
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013</i>	
DECRETO Nº 11.431, DE 8 DE MARÇO DE 2023.....	774
<i>Institui o Programa Mulher Viver sem Violência.</i>	
DECRETO Nº 11.491, DE 12 DE ABRIL DE 2023	775
<i>Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.</i>	

DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023	785
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.</i>	
DECRETO Nº 11.640, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.....	802
<i>Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.</i>	
DECRETO Nº 11.843, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023	803
<i>Regulamenta a assistência à pessoa egressa de que tratam os art. 10, art. 11, art. 25, art. 26 e art. 27 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.</i>	
DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024	805
<i>Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.</i>	
▪ LEIS COMPLEMENTARES	
LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979.....	810
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990.....	821
<i>Estabelece, de acordo com o Art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993.....	827
<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 7 DE JANEIRO DE 1994.....	855
<i>Cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994.....	856
<i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	875
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2006.....	877
<i>Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências.</i>	
▪ LEIS ORDINÁRIAS	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950.....	880
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.....	881
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.508, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951	888
<i>Regula o Processo das Contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei nº 2.259, de 10 de fevereiro de 1944.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	888
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.....	890
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 2.860, DE 31 DE AGOSTO DE 1956.....	891
<i>Estabelece Prisão Especial para os Dirigentes de Entidades Sindicais e para o Empregado do Exercício de Representação Profissional ou no Cargo de Administração Sindical.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.....	891
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962 (EXCERTOS)	891
<i>Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.</i>	

LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965	893
<i>Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965 — LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (REVOGADA PELA LEI Nº 13.869, DE 5.9.2019)	894
<i>Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.</i>	
LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966 (EXCERTOS)	896
<i>Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967	897
<i>Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.249, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967	900
<i>Dispõe sobre a Ação Pública de Crimes de Responsabilidade.</i>	
LEI Nº 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967	900
<i>Dispõe sobre a prisão especial.</i>	
LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 (EXCERTOS)	900
<i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.259, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975	900
<i>Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 (EXCERTOS)	902
<i>Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	
LEI Nº 6.453, DE 17 DE OUTUBRO DE 1977 (EXCERTOS)	907
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978 (EXCERTOS)	907
<i>Dispõe sobre os Serviços Postais.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 (EXCERTOS)	909
<i>Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 (EXCERTOS)	912
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983	914
<i>Define os crimes de responsabilidade do Governador do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos Secretários, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983 (REVOGADA PELA LEI Nº 14.197, DE 1º-9-2021)	915
<i>Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984	917
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	940
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.437, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985	942
<i>Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 — Lei Afonso Arinos.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	943
<i>Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.560, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986 (EXCERTOS)	945
<i>Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986 (EXCERTOS)	946
<i>Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.</i>	

LEI Nº 7.643, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987	947
<i>Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	948
<i>Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	949
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	952
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	953
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990	956
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (EXCERTOS)	958
<i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	960
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	962
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991	963
<i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	964
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)</i>	
LEI Nº 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993	974
<i>Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993	975
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993	985
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995	985
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	985
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995 (EXCERTOS)	993
<i>Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996 (EXCERTOS)	994
<i>Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 (EXCERTOS)	994
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996	997
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (EXCERTOS)	998
<i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</i>	
LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 (EXCERTOS)	1001
<i>Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997	1002
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	1005
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 (EXCERTOS)	1005
<i>Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 (EXCERTOS)	1006
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	1015
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1023
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 (EXCERTOS)	1025
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	1029
<i>Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999	1034
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.964, DE 10 DE ABRIL DE 2000 (EXCERTOS)	1036
<i>Institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis e dá outras providências, e altera as Leis nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994.</i>	
LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001	1037
<i>Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	1038
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002	1040
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002 (EXCERTOS)	1040
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003 (EXCERTOS)	1041
<i>Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.778, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003	1041
<i>Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (EXCERTOS)	1042
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	1051
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro</i>	